

PADRÃO MÍNIMO

PORTARIA Nº , DE DE 2010.

Estabelece os requisitos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação doravante será denominado SISTEMA.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DO SISTEMA

Art. 2º O SISTEMA deverá possuir mecanismos de controle de acesso de usuários baseado na segregação das funções de execução financeira e orçamentária, de controle e de consulta.

§ 1º O registro e a consulta aos documentos serão liberados após o cadastramento e a habilitação de cada usuário, com código próprio.

§ 2º O cadastramento de usuário no SISTEMA será realizado mediante:

- I – autorização expressa de sua chefia imediata ou de servidor hierarquicamente superior; e
- II – assinatura do termo de responsabilidade pelo uso adequado do SISTEMA.

§ 3º O SISTEMA deverá adotar um dos seguintes mecanismos de autenticação de usuários:

- I - código e senha; ou
- II - certificado digital, padrão ICP Brasil;

§ 4º Caso seja adotado o mecanismo a que se refere o inciso I do parágrafo anterior, o SISTEMA deverá manter política mínima de controle de senhas.

Art. 3º O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no SISTEMA e conterà, no mínimo:

- I - código do usuário;

II - operação realizada; e

III - data e hora da operação.

Parágrafo único. Para fins de controle, a consulta aos registros das operações a que se refere o *caput* estará disponível em módulo específico do SISTEMA com acesso restrito a usuários autorizados.

Art. 4º A base de dados do SISTEMA deverá possuir mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado.

§ 1º O acesso direto à base será restrito aos administradores responsáveis pela manutenção do SISTEMA e condicionado à assinatura de termo de responsabilidade específico.

§ 2º Fica vedado aos administradores:

I - divulgar informações eventualmente obtidas durante as atividades de manutenção; e

II - alterar dados, salvo para efetuar correções ou anulações que não possam ser realizadas pelas funções e transações disponibilizadas pelo SISTEMA, observado o art. 12 desta Portaria.

Art. 5º Caso seja disponível a realização de operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados no SISTEMA via sítio na Internet, este deverá garantir sua autenticidade através de conexão segura.

Art. 6º Deverá ser realizada cópia de segurança periódica da base de dados do SISTEMA que permita a sua recuperação em caso de incidente ou falha, sem prejuízo de outros procedimentos.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS CONTÁBEIS DO SISTEMA

Art. 7º O SISTEMA será desenvolvido em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Demonstrativos Fiscais elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 8º O cumprimento dos requisitos contábeis do SISTEMA permitirá:

I – integrar, consolidar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos Poderes, órgãos e entidades de cada ente da Federação; e

II – divulgar relatórios e demonstrativos previstos em lei, proporcionando à sociedade a transparência da gestão.

Parágrafo único. A transparência a que se refere o inciso II deve enfatizar:

I – o registro e a evidenciação dos valores dos créditos orçamentários aprovados e executados, suas alterações e suas movimentações;

II – a elaboração das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei, compreendendo, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente; e

III – a identificação das operações intragovernamentais, para fins de exclusão de duplicidades na apuração de limites mínimos e máximos e na consolidação das contas públicas, mediante codificação própria e independente da classificação da receita e da despesa orçamentárias.

Art. 9º O SISTEMA registrará, de forma individualizada a espelhar a realidade, os fenômenos que afetem ou possam afetar a gestão fiscal, orçamentária, patrimonial, econômica e financeira.

Art. 10. O SISTEMA deverá gerar, a partir dos registros contábeis dos atos e fatos, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o livro Diário, o Razão Contábil, o Balancete Contábil e as Demonstrações Contábeis e Fiscais.

Art. 11. O SISTEMA fornecerá informações relacionadas à gestão fiscal, orçamentária, patrimonial, econômica e financeira necessárias à tomada de decisão da administração.

Art. 12. O SISTEMA preservará o registro histórico dos atos, assegurando a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização.

Art. 13. Para fins de encerramento do exercício, sem prejuízo dos ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis, os atos de gestão orçamentária e financeira relacionados ao orçamento do exercício e à elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, e seu registro no SISTEMA ocorrerão até 28 de janeiro do exercício subsequente, quando a lei de diretrizes orçamentárias de cada ente da Federação não lhes haja fixado prazo menor.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.